

O Socialista

JORNAL DA LIGA OPERÁRIA INTERNACIONALISTA



JORNAL DA LOI

BRASIL

Nº 116 - setembro de 2022

R\$5,00

INTERNACIONAL:

O APROFUNDAMENTO DA CRISE ECONÔMICA DO SISTEMA CAPITALISTA:
PERSPECTIVAS E IMPASSES NO CAMPO DA LUTA DE CLASSES

Página 5

GUERRA NA UCRÂNIA:

AS DISPUTAS DE INTERESSES DA GUERRA CONTRARREVOLUCIONÁRIA DA RÚSSIA-
UCRÂNIA

E O CARÁTER DE CLASSE DO CONFLITO BÉLICO

Página 10

AMÉRICA LATINA:

MARÉ ROSA: GOVERNOS DE
CONCILIAÇÃO RETORNAM AO

PODER NAS
SEMICOLÔNIAS

Página 7

Nacional:

BRASIL: CONTRA A DEMOCRACIA BURGUESA É

NECESSÁRIO IMPOR A DITADURA DO PROLETARIADO - Página 3

SINDICAL: SINPEEM - Página 12

APEOESP - Página 14

[EDITORIAL]

A economia mundial chega ao segundo semestre de 2022 com sérios riscos de recessão, carregando os efeitos da alta inflacionária iniciada após o período de “acentuada recuperação” em 2021, puxada pela ampla demanda contida em 2020, bem como os efeitos dos mais de 3 meses de guerra na Ucrânia, como o encarecimento da energia, devido às sanções aplicadas à Rússia. O FMI reduziu novamente as previsões de crescimento global de 3,6% para 3,2%. Já o Banco Mundial aponta o risco de estagflação duradoura por conta da desaceleração do crescimento global e indica 2,9% neste ano e manutenção do baixo ritmo para 2023 e 2024. No mundo todo, a renda per capita é 5% menor do que sua tendência pré-pandemia.

Nos EUA, a inflação atingiu o maior patamar dos últimos 40 anos, batendo 9,1%. O PIB caiu 0,9% no segundo trimestre, após queda de 1,6% no primeiro, caracterizando uma recessão técnica, de acordo com grande parte dos economistas. As agências internas estadunidenses, contudo, rejeitam a caracterização de recessão por conta do baixíssimo índice de desemprego, mantendo-se em 3,6% nos últimos quatro meses; o nível mais baixo em 50 anos. Os salários, porém, não estão acompanhando a inflação, caindo 3,6% a hora, em comparação com o ano anterior. Além disso, a produção industrial apresentou queda no índice de atividade para o nível mais baixo dos dois últimos anos e a produtividade do trabalho norte-americana teve a maior queda desde 1947, caindo 7,3%, aumentando, dessa forma, o custo da produção e diminuindo a margem de lucros dos pro-

dutores. Assim, há uma tendência de que a taxa de desemprego aumente no próximo período.

A inflação na Europa já ultrapassa os 8% e a contração da atividade industrial é acentuada pelo impacto das sanções impostas à importação de energia russa. Só na Alemanha, a queda na produção industrial ocorre há três meses consecutivos e o impacto da falta de gás durante o inverno pode contrair o PIB em 6% até o final de 2023. Além disso, a Alemanha sofre uma grave crise de falta de mão de obra, o que tem também impactado na produção econômica e pressionado o governo a realizar mudanças na legislação para facilitar a contratação de imigrantes. O Reino Unido tem a pior perspectiva econômica da Europa com a inflação mais alta e o crescimento mais baixo entre os países do G7. Neste país, o índice de miséria (uma taxa calculada pelo desemprego e a inflação) atingiu níveis históricos.

A China, que além do crescimento do PIB em queda por conta da política de zero covid, já começa a enfrentar a crise da dívida como credora dos empréstimos em projetos de infraestrutura na Ásia, África e América Latina, parte de sua política de desenvolvimento da Nova Rota da Seda. Em 2020 e 2021, 16% do total concedido teve que ser renegociado, com reestruturações dos prazos para pagamentos, redução de juros e, inclusive, concessão de novos empréstimos de resgate para evitar crises totais de pagamentos. Internamente, a crise imobiliária só aumenta, com milhões de compradores que deixaram de pagar as

CONTATO: loioposicaodeluta@gmail.com

parcelas adiantadas e o desemprego já atinge 5,9% da população.

Assim, por conta da resistência da alta inflacionária, os Bancos Centrais têm lançado mão de sua política clássica de controle da inflação que é intervir na demanda através do aumento da taxa de juros. O FED já aumentou a taxa básica para 0,75% e o BC Europeu para 0,5%, seguidos pelos Bancos Centrais dos países semicoloniais cujas taxas já eram altíssimas (no Brasil, por exemplo, já está em quase 14%).

O aumento global nas taxas de juros tem impacto direto no aumento da crise da dívida, não apenas corporativa, pois muitas empresas sobrevivem desde a crise de 2008 por conta dos juros próximos a zero, mas principalmente na dívida externa dos países mais pobres. Analistas burgueses e agentes econômicos do imperialismo têm buscado explicar a atual alta inflacionária pela recuperação da demanda no momento em que as cadeias produtivas ainda sofrem com gargalos produzidos pelos fechamentos pela pandemia na China e pelos efeitos da guerra na Ucrânia. Suas análises e projeções tentam equacionar as dosagens nas altas dos juros com o baixo crescimento para prever ou evitar maiores recessões.

Algumas correntes marxistas também buscam explicar o fenômeno da inflação a partir da lei do valor de Marx, ou seja, de que as mercadorias já chegam ao mercado com um valor, ou um padrão de preço (de forma simplificada) e que as flutuações ocorrem de forma conjuntural nos preços relativos por conta de variações monetárias e políticas. Assim, a inflação poderia ser explicada por conta da política dos estados imperialistas, pós crise de 2008, de aumento do dinheiro circulante através de emissões de títulos, juros baixos e injeções de crédito, tornando-o superior ao valor produzido no mercado, causando a depreciação das moedas como meio de pagamentos. Essa alteração nos preços teria, contudo, um caráter conjuntural. A LIT-QI utiliza esta explicação, mas, segundo essa corrente, a burguesia “utilizaria” a inflação, e a consequente política do aumento dos juros, como estratégia para rebaixar os salários e aumentar a extração de mais-valia. Ocorre que a alta inflacionária duradoura compromete também a taxa de lucros da burguesia, pois aumentam os custos da produção e explodem as lutas por aumentos salariais. Outra explicação marxista para a inflação é oferecida pelo economista inglês Michael Roberts, afirmando que a atual inflação é causada por um “choque de oferta”, isto é, por uma baixa produção industrial que foi acentuada pela pandemia e, agora, pela invasão russa na Ucrânia.

É fato que os índices de produtividade industrial apresentam quedas históricas nas principais potências econômicas, demonstrando o nível de deterioração do imperialismo, bem como os obstáculos e as contradições abertas pelo processo de assimilação dos ex-Estados operários.

A queda na produtividade global também afeta o valor da força de

trabalho, bem como diminui as taxas de lucros dos capitalistas o que elevará as lutas salariais a novos patamares, enquanto a burguesia buscará de todas as formas a aumentar a produtividade do trabalho, aumentando e diversificando as formas de exploração.

O acirramento da crise econômica e as respostas do imperialismo tendem a aprofundar as tendências de ruptura dos equilíbrios instáveis na situação mundial. As crises interestatais estão assumindo um tom mais beligerante com o prolongamento da invasão da Ucrânia e a disputa por mercados e cadeias produtivas, bem como áreas de influência, como o aumento da crise entre China e Estados Unidos na relação com Taiwan ou mesmo o aumento de países membros e o incremento armamentício da OTAN. Internamente, ampliam-se as crises políticas e sociais como no Reino Unido e na Itália. Nos países semicoloniais, o impacto do aumento dos juros globais, a alta inflacionária principalmente nos preços da energia e alimentos e a escassez de produtos tem impulsionado processos abertos de lutas, quase insurrecionais, como no Sri Lanka que forçou a renúncia do presidente e agora vive uma onda de repressão brutal por parte da fração burguesa governante, ou na América Latina como no Equador e mais recentemente na Guatemala.

Está cada vez mais claro que o imperialismo, em seu período de decomposição, é incapaz de saldar a crise que gerou. Como afirmava Trotsky, a restauração do equilíbrio capitalista se faz através das classes e as políticas utilizadas para essa restauração “impelem ainda mais poderosamente a classe operária à luta”. Assim, aos 82 anos de seu assassinato, é urgente que superemos a crise de direção revolucionária, organizando a vanguarda que incorpore as tarefas programáticas da situação mundial, através da reconstrução da IV Internacional.



O acirramento da crise econômica e as respostas do imperialismo tendem a aprofundar as tendências de ruptura dos equilíbrios instáveis na situação mundial.

BRASIL: CONTRA A DEMOCRACIA BURGUESA É NECESSÁRIO IMPOR A DITADURA DO PROLETARIADO!

[NACIONAL]

O acirramento da crise política e institucional brasileira segue a tendência de queda dos principais índices econômicos. O PIB per capita teve uma queda aos níveis de 2007, além do recuo de vários indicadores importantes como a produção industrial, queda de 0,4%, e a venda de veículos, queda de 14,5% só no primeiro semestre. A inflação oficial acumulada para o mesmo período do ano foi de 10,07%, mesmo com a pequena redução dos preços dos combustíveis e da energia elétrica. As notícias dão conta que o desemprego é de 9,8%, mas a renda em um ano caiu 7,2%. Dados do IBGE de junho, afirmam que 38,7 milhões de trabalhadores são informais e isso representa 40,1% da população ocupada do país; os jornais falam que em 2 anos o país ganhou 1,4 milhões de trabalhadores informais. Segundo a ONU, 61 milhões de brasileiros sofrem de insegurança alimentar e 15 milhões passam fome. A inadimplência bate recordes com 66,6 milhões de pessoas.

Sob essas condições objetivas, não há discurso ideológico “antissistema” que se sustente por longos períodos. A popularidade do governo Bolsonaro se mantém alta apenas entre seus seguidores, entre 25% e 30% do eleitorado. As pesquisas indicam que há grande probabilidade de Lula (PT) vencer o pleito, inclusive já no primeiro turno. Assim, Bolsonaro tem utilizado de algumas estratégias tentando reverter esse cenário, como a intervenção na política de preços da Petrobrás, reduzindo os preços dos combustíveis e a redução do preço da energia elétrica. Um pouco antes, conseguiu aprovar a “PEC do desespero” possibilitando que, dentro de um estado de emergência, o governo possa gastar acima do teto de gastos. Com isso conseguiu aumentar o Auxílio Brasil de R\$400 para R\$600 (até o final do ano), aumentar o valor do Vale-Gás e ainda criar um benefício, de R\$1 mil para os caminhoneiros. Vale lembrar que a aprovação da “PEC do desespero” foi por maioria absoluta do Congresso, com o voto dos que se dizem oposição ao governo.

Bolsonaro tenta ainda recorrer a um discurso ideológico antissistema, investindo contra o STF, contra o processo eleitoral, questionando a lisura das urnas eletrônica e insinuando que não aceitará uma derrota e que para isso, teria o apoio das Forças Armadas, instituição que tem vários de seus quadros dirigentes em cargos importantes no governo. O discurso é absorvido prontamente pelas bases bolsonaristas que têm levado a cabo ameaças, atentados e até

assassinatos de ativistas e figuras políticas ligadas à esquerda.

Esse discurso antissistema de Bolsonaro criou o ambiente propício para os partidos reformistas intensificarem sua campanha de constituição de uma Frente Ampla contra o fascismo, o golpismo e pela democracia. Isso explica por que setores reformistas, como o PSOL, não tivessem maiores constrangimentos em se lançar à conciliação de classes, tendo em Lula a figura central que unirá “capital e trabalho” nesse grande projeto de “recuperar” o Brasil das mãos do fascismo.

É nesse contexto que Lula, seguido de todo o reformismo e por todas as centrais sindicais, se sente ainda mais confortável para se aproximar da burguesia a fim de se mostrar viável como o próximo gerenciador de seus negócios. Aproxima-se da burguesia industrial paulista; escolhe cirurgicamente o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSB e ex-PSDB), como seu candidato a vice, além de se reunir com a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) adaptando seu discurso a esse setor da burguesia, prometendo inclusive uma reindustrialização do país. Também tenta acordo com os representantes do agronegócio e busca o apoio do centrão, com todos aqueles a quem chamaram de “golpistas” num passado recente. Sua política em relação às estatais é cada vez mais à direita, já não fala mais em nacionalizar as empresas privatizadas, em especial a Eletrobrás, e quanto à Petrobrás não se contrapõe à sua privatização, agora falando em comprar ações depois de privatizá-la. É essa a alternativa que o reformismo apresenta como solução contra o suposto “fascismo” ou o “golpismo” bolsonarista, uma aliança que se apresenta como “alternativa para os trabalhadores” têm como aliados a burguesia que oprime nossa classe.

Um governo supostamente fascista em uma semi-colônia que não consegue o apoio unificado nem de sua débil burguesia e muito menos da burguesia monopolista, que já se prontificou em legitimar o processo eleitoral brasileiro, por um lado e uma resistência ao “golpismo fascista” alicerçada no Partido dos Trabalhadores, que há tempos é a grande expressão da traição aos trabalhadores e da conciliação de classes. A Carta pela Democracia lida no ato do dia 11/08, é o testamento de legitimidade dessa farsa. Afinal, aquele que se apresenta como “alternativa para os trabalhadores” tem como aliados a burguesia que oprime nossa clas-

se. Devemos nos perguntar: Lula governará para qual classe?

Os partidos e correntes centristas também envolvidos nas eleições burguesas sob o "Polo Socialista e Revolucionário" e cuja política se define, durante o último período, pelas exigências ao estado burguês, hoje adota o discurso da independência de classe para defender a "democracia" sem conciliação com a burguesia. O MRT, defende a luta pela "democracia que precisamos" ou uma democracia com "conteúdo democrático dos trabalhadores", através da luta com "independência de classe e auto-organização pela base". Dessa forma, apresenta e confunde "democracia" com governo, sendo passível a mudança de seu conteúdo de classe, como uma democracia dos trabalhadores. Já o PSTU, apesar de fazer algumas considerações sobre o caráter de classe da democracia burguesa e defender a organização da "autodefesa nas nossas entidades de classe", afirma que a ultradireita burguesa deve ser derrotada junto com o "sistema" que a gerou e que para tanto é necessário um "programa socialista, operário e revolucionário". Fica nítido que esse programa não é um programa transitório para aproximar os necessários enfrentamentos à revolução socialista, mas um programa de governo assumido pelo Polo Socialista; e a conclusão disso é: "por isso é um erro apoiar Lula no primeiro turno", deixando claro que "entrar em ação com independência de classe" tem um prazo de validade.

Apesar da bravata "independência de classe" é clara a adaptação do centrismo ao estado burguês, como se a democracia burguesa ainda pudesse desempenhar algum papel progressivo para a revolução socialista. Os programas apresentados como programas de governo "revolucionários" suprimem a luta de classes, a necessidade da revolução socialista e a implantação da ditadura do proletariado, pois ficam nos marcos da democracia burguesa, como se alguma de nossas bandeiras históricas pudesse ser levada a cabo pelo parlamento burguês. Em 1920, Trotsky escrevia: "Não sem razão, a palavra 'democracia' tem no dicionário uma dupla significação. Por um lado, designa o regime fundado no sufrágio universal e nos demais atributos da 'soberania popular' formal. Por outro lado, designa as próprias massas populares, na medida em que tem uma vida pública. Nestes dois sentidos, a noção de democracia se ergue por sobre as considerações de classe." Dessa forma, é comum dentro dessas organizações, sua pulverização em movimentos sociais e suas pautas, abandonando de vez o programa transitório, que traduz o princípio de independência de classe, à destruição do estado burguês.

"Um liberal fala naturalmente em 'democracia' em geral. Um marxista nunca se esquecerá de colocar a questão: 'Para qual classe?'" (Lênin, 1918)

Em 2020, em plena pandemia, já escrevemos sobre os apelos à democracia das direções reformistas e das correntes centristas frente às ameaças de

"golpe" de Bolsonaro: "A democracia como contraposição ao golpe fascista, máscara o caráter de classe de ambas as formas de dominação. (...) A democracia burguesa não serve aos trabalhadores, é a ditadura de classe do capital, é a democracia da ínfima minoria, a democracia dos ricos! O fechamento do regime, alentado por Bolsonaro na forma de uma ditadura, tem implicações sérias na organização dos trabalhadores e no aumento da repressão, mas não muda o caráter de classe da democracia burguesa. As liberdades democráticas nunca impediram o massacre diário da classe trabalhadora sob a exploração capitalista, nem a utilização das Forças Armadas para reprimi-la nos processos abertos de luta de classes." (O Socialista, nº 113) Lênin também afirmava que mesmo os estados burgueses mais democráticos tinham brechas constitucionais para jogar suas forças armadas contra os trabalhadores sob a menor ameaça de que estes se levantassem contra a sua opressão de classe. Como é possível defender então a democracia de um estado burguês semicolonial? Para que se transforme em uma democracia mais ampla? Novamente, para qual classe?

A defesa das liberdades democráticas não pode se fundir na defesa da democracia burguesa e no seu aprimoramento através de maior participação de um "conteúdo dos trabalhadores". Tem sido comum, por conta disso, a titubeação dessas correntes nos processos de luta abertos no último período, apelando ao imperialismo nas negociações sobre fechamento de plantas, à garantia do direito constitucional de greve como condição para a mesma e à polícia para garantir a "segurança" nos atos de rua.

À ditadura não se contrapõe a democracia burguesa, porque ambas são expressões da forma de dominação da burguesia. À ditadura do capital é preciso contrapor e impor a ditadura revolucionária do proletariado, única forma possível de dominação da classe trabalhadora. Ao seguir contrapondo golpe e democracia ou democracia e fascismo aos trabalhadores, o centrismo trotskista trai o próprio programa da IV Internacional, resumido por Trotsky em três palavras: ditadura do proletariado. O próximo período será de intensos ataques do imperialismo agonizante sobre a classe trabalhadora, e o papel dos governos dos estados semicoloniais, sejam mais progressistas ou reacionários, será o de garantir a aplicação desses ataques.

Para nós, trabalhadores, não há atalho pela "gestão" do estado burguês. Queremos destruí-lo! Para isso, é urgente batalhar pela recuperação dos nossos sindicatos e centrais das mãos da burocracia e, internamente, lutar contra a adaptação do centrismo ao estado burguês. Só assim, poderemos organizar o enfrentamento aos governos de turno. Para nós, trabalhadores, a política não pode ser a defesa da democracia burguesa, mas a construção do Partido Revolucionário, sob a IV Internacional, que coloque em marcha o programa transicional à ditadura do proletariado.



[INTERNACIONAL]

O APROFUNDAMENTO DA CRISE ECONÔMICA DO SISTEMA CAPITALISTA: PERSPECTIVAS E IMPASSES NO CAMPO DA LUTA DE CLASSES

A crise econômica no mercado mundial deve ser concebida como a concentração real e a compensação violenta de todas as contradições da economia burguesa. O comércio exterior comprimido pela estreita redução dos mercados consumidores e o aumento dos grandes conglomerados monopolistas improdutivos acirram as lutas de classes.

A crise econômica de 2008 levou os Estados burgueses a adotar a política econômica da salvaguarda dos grandes conglomerados monopolistas, com a introdução de estímulos fiscais e políticos, de juros baixos para os monopólios. De outro lado, a intensificação da aplicação das reformas trabalhistas, previdenciárias e fiscais, recaem pesadamente sobre os ombros dos trabalhadores, aumentando a fatia de lucros dos capitalistas que atingiu a cifra dos trilhões.

No seio do imperialismo estadunidense explodiram 250 greves em 2021, nos mais variados setores e empresas, tais como *Amazon*, *John Deere* Equipamentos, *Starbucks*, *Kellogg's* e *McDonald's*. O desemprego, os precários postos de trabalho abertos, a ampliação da exploração dos trabalhadores na pandemia, o elevado índice de mortes por COVID entre a população pobre, o aumento das restrições aos imigrantes e a explosão do surto inflacionário, tiveram impacto direto nas condições de vida dos trabalhadores, ampliando as lutas políticas e o aumento da sindicalização.

Segundo pesquisa do Gallup, o percentual da população estadunidense que aprova os sindicatos é de 68%, sendo o maior índice desde 1965. Porém, a sindicalização nos Estados Unidos ocorre por empresa, o que fraciona os trabalhadores, reduzindo sua atuação e seu embate político aos limites locais, diminuindo o alcance da extensão da luta de classes, na relação capital versus trabalho, ainda que abra fissuras nas contradições do ninho da água.

Na Europa, os horizontes do enfrentamento aos capitalistas, na organização e mobilização dos metalúrgicos, estivadores e trabalhadores dos setores de transporte aéreo (Lufthansa) e ferroviário, iniciaram greves por toda a União Europeia, devido ao desemprego, arrocho salarial e o aumento do custo de vida. Entretanto, os experientes burocratas sindicais, que sobrevivem às espessas da classe trabalhadora, buscam nas reuniões de conciliação do capital com o trabalho, mitigar os prejuízos patronais e afastar a vanguarda operária dos trabalhadores. O sindicato Verdi alemão buscou costurar uma aliança em prol do capital com a Associação Central de Empresas Portuárias Alemãs e os governos locais, que não resultaram a princípio em acordos com os trabalhadores determinados pela convicção da ação direta, a greve.

A China, como ex-Estado Operário em processo de assimilação capitalista, trava uma guerra comercial encarniçada com os Estados Unidos na disputa pelo comprimido mercado exterior, no período de decomposição e parasitismo do capitalismo em sua aguda crise econômica. Os reflexos diretos na sociedade chinesa foram a disparada inflacionária com forte incidência sobre o custo de vida dos trabalhadores, a crise do financiamento imobiliário, a explosão de lutas em Hong Kong e Pequim, a decorrente afetação dos estoques de alimentos básicos, proteína animal e as cadeias de suprimentos, agravados pelas sanções e embargos dos países imperialistas, sobretudo os Estados Unidos, que resvala no aumento das tensões políticas com a Ilha de Taiwan.

As manifestações e protestos no Sri Lanka, levou a deposição do governo do Presidente Gotabaya Rajapaksa, em 14 de julho de 2022, a fim de garantir os interesses das burguesias nacionais e internacionais o governo interino decretou o estado de sítio enviando o exército com blindados para reprimir nas ruas a população sublevada.

Em Cuba, as explosões sociais da população dos distritos pobres, que culminaram no protesto de 11 de julho de 2021, escancararam a contradição entre a abertura gradual do mercado aos monopólios imperialistas espanhóis e as consequentes reformas monetárias e o aumento da exploração da população sem acesso aos produtos básicos de sobrevivência. Esses protestos enfrentaram o Estado burocrático na luta contra a carestia de vida, os cortes constantes de energia a falta de alimentos e remédios, o governo reagiu com uma brutal repressão, a detenção de 1,3 mil manifestantes, bem como o julgamento e a condenação de menores de idade com penas que variam de 20 a 30 anos de detenção.

No Brasil, o país fechou entre 2019 e 2020, 31,4 mil indústrias desde 2013; entre 2011 e 2020 foram fechados em torno de um milhão de postos de trabalho na indústria, o que impactou no arrocho salarial, num achatamento da média de 3,5 salários mínimos para 3 salários mínimos. A taxa de desemprego oficial está na ordem de 9,3%, e atinge 10,1 milhões de pessoas. A Secretaria de Comércio Exterior, indicou que em 2019, 52,8% dos produtos exportados foram de mercadorias básicas, em 2018 foi de 49,8% e, em 1997, 27,3%; enquanto os manufaturados em 2019 foram da ordem de 34,6%, em 2018, 36%, e em 1997, 55,1%. Os investimentos na produção industrial do país foram os menores dos últimos cinquenta e três anos; em relação a América Latina foi da ordem de 19,6% e na produção global foi de 26,2%. O número de trabalhadores autônomos atingiu o patamar de 25,2 milhões de pessoas, o que ampliou o número de trabalhadores informais e subcontratados.

No Brasil, esse processo de desindustrialização exacerbada teve início com a abertura do mercado interno, na década de 1990, captando os preceitos dos órgãos e organismos internacionais, realinhando o país como receptor e montador de mercadorias dos grandes monopólios internacionais e acentuando sua posição na divisão internacional do trabalho como produtor de commodities, com ínfimas ilhas de produção de tecnologia de ponta, indexado às multinacionais. A “reestruturação global” tem sido o termo utilizado pelas multinacionais, especialmente as automotivas, que se traduz na redução dos custos operacionais e no aumento da lucratividade, ou seja, através do aumento da composição orgânica do capital.

O fechamento das fábricas da Ford, e o posterior fechamento de todas as plantas no Brasil, mantendo apenas um centro administrativo que viabiliza a remessa de lucros à matriz da multinacional, afetou, segundo o DIEESE, cerca 100 mil postos de trabalho; uma perda na ordem de R\$ 2,5 bilhões na renda dos trabalhadores, além da destruição das forças produtivas e das horas trabalhadas. A burocracia sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) não organizou e mobilizou os trabalhadores diretos e terceirizados das plantas produtivas. Quanto ao fechamento da planta da GM, Luiz Carlos Prates, o “Mancha” (ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgi-

cos de SJC - CSP - CONLUTAS), bradou altissonante “que no marco da crise econômica e sanitária, precisamos exigir dos deputados federais e senadores a aprovação pelo Congresso Nacional, da estatização da empresa. Estatização já!”. A política da expropriação sobre o controle dos meios de produção pelos trabalhadores foi enviesada para a expectativa de estatização sob o estado burguês e a participação dos trabalhadores na democracia burguesa e não mais na luta de classes pela democracia operária. A *Caoa Chery* desistiu do plano de lay-off, em Jacareí, demitindo 600 funcionários diretos. Entretanto, a burocracia sindical proclamou o cumprimento do acordo de lay-off, sem, contudo, instrumentalizar os trabalhadores com seus métodos próprios de luta. Enfim, em mais uma atitude de devoção ao capital, as direções traidoras sindicais, curvaram os trabalhadores da Toyota em São Bernardo do Campo numa resignada passeata contra o fechamento da fábrica na cidade, na qual, ao final, amargaram a dura realidade do desemprego.

As empresas terceirizadas que operam como braço produtivo indireto da LG, as *Bluetech*, *Suntech* e 3C se recusaram a pagar as indenizações pecuniárias aos trabalhadores demitidos, o que levou os trabalhadores à greve. A tônica dos discursos da CSP-Conlutas foi novamente à estatização. Sob o Estado burguês! A Vigor Alimentos de Anápolis, Goiás, transferiu sua planta produtiva para São Caetano do Sul, São Paulo e, demitiu 250 trabalhadores de suas plataformas produtivas.

A conciliação e a colaboração de classes tem sido a tônica entre as direções burocráticas sindicais, bem como a capitulação e adaptação dos partidos centristas e reformistas à democracia burguesa, adotando políticas para salvaguardar os interesses dos capitalistas. Isso porque estão no proletariado, mas não são o proletariado, atuando dentro dos seus interesses e seus desvios pequeno-burgueses. Nos países semi-coloniais, a relação entre a burocracia sindical, o estado e a débil burguesia nacional continua sendo atravessada pela dominação imperialista, ainda que no seu atual estágio de decomposição. Dessa forma, a mudança nas cadeias produtivas estão e sempre foram determinadas pela divisão internacional do trabalho no sistema de estados, em consonância com a lei desigual e combinada na história, portanto nenhum processo de recolonização está em curso, posto que, já estamos na condição de semicolônia. Essa caracterização equivocada só serve para confundir a vanguarda em relação as tarefas programáticas e revolucionárias que a situação mundial impõe, ou seja, uma caracterização que casa muito bem com a política centrista de adaptação ao estatismo burguês.

As burguesias, temendo os terremotos das lutas de classes nas suas explosões sociais, têm utilizado seu aparato estatal recrudescendo a repressão e a opressão sobre o conjunto da classe trabalhadora mundial. As explosões sociais emergiram com sua forma e conteúdo da classe proletária, ainda que movidas pelo espontaneísmo das massas, e reféns da traidora colaboração das direções das centrais sindicais e dos sin-

dicatos em conluio com os capitalistas.

Portanto, nossa luta deve ser pela derrubada das burocracias sindicais e colocar em marcha, a partir de nossos métodos, a imposição da escala móvel de horas e salários e as ocupações de fábricas, colocando na ordem do dia a

questão do controle operário da produção no intuito de forjar uma vanguarda operária que assuma as tarefas transitórias de um programa revolucionário. Tarefa árdua e que não se limitará às fronteiras nacionais.

[AMÉRICA LATINA]



MARÉ ROSA: GOVERNOS DE CONCILIAÇÃO RETORNAM AOS GOVERNOS DAS SEMICOLÔNIAS

As semicolônias latino-americanas encontram-se mergulhadas em uma conjuntura de crises econômica, política e social determinadas pela estagflação mundial, os efeitos da pandemia e os impactos da guerra na Ucrânia. A atividade econômica em níveis recessivos e uma débil recuperação dos postos de trabalho no pós-pandemia, levaram a um acúmulo maior da dívida interna e externa, intensificação de políticas de ajustes ditadas pelo FMI e os efeitos de uma alta inflacionária que corrói os salários e precariza as condições de vida.

Analistas da burguesia apontam que após a “recuperação” econômica observada em 2021 (6,3% do crescimento do PIB regional), a região alcançará em 2022 um crescimento médio anual de 1,8%, que tende a retornar ao lento padrão de atividade da economia 2014-2019 (apenas 0,3% em média por ano, com a consequente queda do PIB por habitante). A reabertura das economias no “pós-pandemia” conduziu a retomada do mercado de trabalho, todavia, ação conjunta pelo aumento da busca por vagas e um baixo ritmo de crescimento e de criação de empregos acentuarão a taxa de

desemprego até o final de 2022.

Há anos, na América Latina, se desenrola um acelerado processo de desindustrialização. A indústria vem cedendo espaço na dinâmica econômica aos setores de serviços e exportação, commodities primárias, que no curto prazo poderão se beneficiar pelas demandas postas pela guerra, no que tange alimentos e energia, mas a debilidade estrutural de suas economias faz efêmera esta possibilidade de salvação. O mercado chinês e a situação posta pela guerra na Ucrânia vão ditar o rumo das commodities, centrais na América

Latina. Esse cenário pressiona ainda mais as tendências de instabilidade na região, principalmente pela alta inflacionária dos alimentos, que acentua ainda mais a fome nesses países.

Por tanto, levando em conta os efeitos do lento crescimento e da aceleração da inflação, a pobreza e a extrema pobreza se elevarão acima dos níveis estimados para 2021. Tendência que na região se concretiza, os pobres alcançariam 33,7% (1,6 pontos percentuais a mais do que o valor projetado para 2021), enquanto a extrema pobreza alcançaria um 14,9% (1,1 pontos percentuais a mais do que em 2021). Dessa maneira, 7,8 milhões de pessoas se somam aos 86,4 milhões cuja segurança alimentar já está em risco. Esses níveis são notoriamente superiores àqueles observados antes da pandemia e dão a dimensão da espiral de crises que têm transformado as semicolônias da região em um barril de pólvora.

Com a destruição das condições objetivas de vida do proletariado, uma saída para suas crises está cada vez mais fora do radar, e frente a esse cenário de empobrecimento e de fome, o barril de pólvora se converteu em explosões do movimento de massas e desde 2019, com as jornadas de outubro no Chile, diversos processos de luta de classes intensificaram-se na região. O movimento foi às ruas, ergueu-se em diversos países, mais recentemente, na Colômbia, no Equador, no Peru e na América central com a Guatemala. Fortemente reprimidos com a conivência de suas direções, foram controlados pelos governos, sem antes aprofundar e expor as fraturas e disputas entre as frações burguesas dessas semicolônias.

Na Guatemala opera há décadas uma aliança entre setores burgueses e o crime organizado, por um lado, e a classe política, por outra, em uma clara interconexão contra os trabalhadores. Isso evidencia as intensas disputas entre as frações da burguesia que se expressam no governo reacionário de Alejandro Giammattei, no executivo guatemalteco desde 2020. Governo, que durante a pandemia, e diante de uma profunda crise social agravada por uma das maiores ondas imigratórias para os EUA, decretou por diversos momentos estado de sítio em zonas ocupadas por multinacionais de mineração, sobretudo de níquel, perseguindo líderes comunitários e indígenas em áreas de deflagrado conflito social. Ante esse cenário, intensas mobilizações saíram às ruas. Indígenas, estudantes e mulheres tem bloqueado estradas. Protestos não cessam contra o governo de Giammattei, denunciam a corrupção na aquisição de vacinas contra a Covid-19 e a “má gestão” da pandemia, o aumento da pobreza, a alta do custo de vida e salários de fome.

No Chile, a lua de mel acabou, o governo de Gabriel Boric reza a cartilha de burguesia e canaliza as necessidades concretas dos trabalhadores para os marcos das instituições burguesas, o parlamento e a assembleia constituinte, inclusive com a participação do centrismo trotskista. Boric segue a política

de reformas e ajustes econômicos do governo Piñera, reproduz os ataques aos trabalhadores. Fiel à cartilha do imperialismo, avança com a privatização da concessão da exploração de cobre e outros minérios aos monopólios internacionais. Inicia seu governo, reprimindo mobilizações estudantis, militarizando os territórios mapuches, fechando minas sob a justificativa de preservação do meio ambiente, negou a liberdade aos lutadores presos, ou seja, a política é conter aqueles que ousam pôr em xeque a ordem posta. Aplica logo de cara a mão dura do Estado burguês e sua face bonapartista.

No Peru, o governo de Pedro Castillo não teve trégua, e protestos que foram convocados contra sua política econômica, sobretudo contra os reajustes dos combustíveis e alta no preços dos alimentos. Ocorreram intensos protestos de mineiros, camponeses, caminhoneiros, trabalhadores do transporte contra o governo, as mineradoras e empresas petrolíferas. Para estancar a crise, Castillo lançou mão do aparato repressivo para reprimir duramente as manifestações, evidentemente, a crise segue aberta diante da miserabilidade da população e da debilidade do governo, que isolado, cambaleia.

Na Colômbia, os protestos contra o Governo de Iván Duque sua reforma tributária, foram rastilho de pólvora para erguer luta de classes contra o desemprego, miséria, aumento do custo de vida. Os protestos foram fechados pela conciliação de classe mediada pelo Comitê de Paralisação Nacional, que reuniu as principais centrais sindicais burocratizadas, cooptadas pelo aparelho estatal para desmobilizar os trabalhadores em luta. Toda a insatisfação e disposição de luta foram canalizados para o processo eleitoral que conduziu o ex-guerrilheiro Gustavo Petro ao poder com a concordância das direções políticas dos trabalhadores.

O governo Petro conseguiu canalizar para a eleição a consciência que emanava das ruas, o que promoveu a desmobilização e a conciliação dos processos de massas que se produziram contra o governo de Duque, todavia, terá que negociar com a direita para governar. Com sua base minoritária no parlamento, assume a tarefa de aprovar a reforma fiscal, estopim das últimas manifestações, o projeto de lei já foi apresentado em seu primeiro dia de governo. O fato é que a crise política não será resolvida tão cedo.

Nos últimos meses, no Equador, Guillermo Lasso escapou, pelo menos por enquanto, do risco de destituição, quando o movimento indígena, trabalhadores e estudantes paralisaram o país durante 18 dias contra seu governo e a grave crise que vive o país. Liderados pela Conaie, *Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador*, os protestos começaram nas províncias, baseados em uma agenda com 10 pontos de luta, que envolveram redução do preço dos combustíveis, emprego e direitos trabalhistas, perdão de dívidas de famílias camponesas, contra a privatização de setores estratégicos, política de controle de preços, moratória da mineração, não expan-

são da atividade petrolífera e mineradora na Amazônia. Depois de decretar estado de emergência, teve que recuar e apresentou um pacote de medidas populistas para conter a crise social.

As exigências ao estado estão na ordem do dia, é pauta apresentada pelo reformismo como saída para o impacto da crise econômica que recai sobre os ombros da classe trabalhadora. Pauta que também é defendida pelo centrismo e revela o grau desses setores de adaptação ao regime democrático burguês. Dessa forma, observamos em toda a América Latina a direções políticas e sindicais dos movimentos cumprirem seu papel de muro de contenção da luta dos trabalhadores.

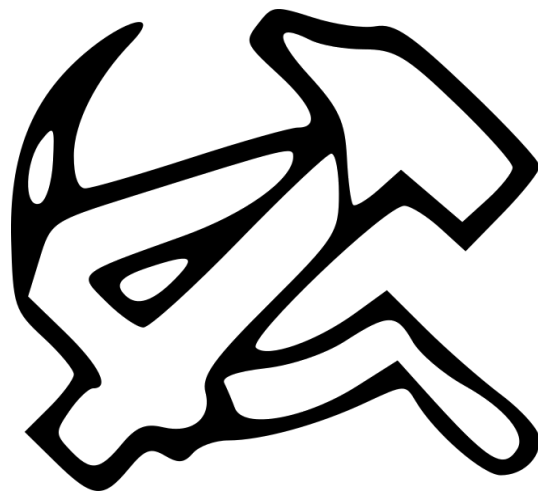
Por tanto, os diversos processos eleitorais na América Latina nos últimos períodos, ocorreram em meio a esse cenário de fortes mobilizações, que intensificaram os processos de luta de classes. Estas eleições estão reconduzindo ao poder as ditas “esquerdas”. Essa nova onda de governos “progressistas” na região vem sendo designada como a maré rosa por intelectuais e analistas. Configuram-se frações da pequena burguesia sem lastro social, que se erguem intervindo em meio à crise da democracia burguesa, dos partidos e das suas instituições. Chegam ao poder debilitados politicamente e com a tarefa de conter os processos de massas e serem fiadores dos planos do imperialismo norte americano sem quebrar seus laços cada vez mais apertados com a economia Chinesa. Assim, fica claro que a saída para a classe trabalhadora não passa pela democracia burguesa, pela eleição, e sim pela ação direta e organizada dos trabalhadores.

Diante do fenômeno da maré rosa, é fundamental reafirmar que os estados latino-americanos expressam a forma mais bem definida do bonapartismo sui generis, condição específica de poder, que é produzida entre um forte proletariado em sua relação com o imperialismo e a debilidade de sua sub-burguesia, que oscila entre apoiar-se nas massas para negociar com o imperialismo e descarregar seus ataques sobre elas.

Portanto, os governos de turno na América Latina evidenciam a decomposição dos estados semicoloniais em sua relação com o movimento de massas e com a classe trabalhadora, tornando-os mais instáveis como mediação entre as classes em luta e sendo débeis para impor políticas ditadas pelo imperialismo, o que não significa que não o farão, inclusive com o papel das formas armadas. Desta forma, darão prosseguimento às tarefas de avançar com as reformas e com as condições necessárias para a ampliação da exploração sobre os trabalhadores. Assim, os governos da maré rosa, aclamados pelo centrismo com seu oportunismo inveterado, não assumirão outra tarefa que não governar para sua burguesia e para os interesses imperialistas.

Os próximos períodos tendem a ser ainda mais duros para a classe trabalhadora, pois a burguesia, mesmo em crise, é capaz de se organizar diante de

toda a disposição de luta dos trabalhadores para garantir a manutenção desse sistema. E isso significa a aplicação de um receituário que aumentará brutalmente a exploração. Fato que faz urgente a necessidade de construção de uma direção revolucionária, através de seu partido. Devemos unir nossas forças com o proletariado da região, que impuseram importantes processos de luta de classes e, centralmente, com o proletariado norte-americano. O processo revolucionário na América latina não se dará de outra forma que não por um caráter anti-imperialista e dirigida por um partido revolucionário como seção da IV Internacional reconstruída. A forma estatal dada pela ditadura do proletariado em nossa região serão os Estados Unidos da América Latina. Em unidade com o proletariado norte-americano, formaremos a União



[GUERRA NA UCRÂNIA]



AS DISPUTAS DE INTERESSES DA GUERRA CONTRARREVOLUCIONÁRIA DA RÚSSIA-UCRÂNIA E O CARÁTER DE CLASSE DO CONFLITO BÉLICO

O sistema capitalista vende mercadorias e na fase imperialista exporta capital, neste sentido tem aumentado a dependência econômica em relação aos países imperialistas dos Ex. Estados Operários em processo de assimilação capitalista. Fato que acelera a possibilidade de serem enquadrados na divisão internacional do trabalho na condição de semicolônia. O aprofundamento da crise econômica mundial, leva a ruptura do equilíbrio instável do capitalismo, com o impacto direto nas relações interclasses com greves, *lockouts* e situações de luta revolucionária e, nas relações interestados com guerras tarifárias, sanções, confiscos e bloqueios econômicos, nas disputas incessantes pelo monopólio do mercado mundial. "Se não houver um avanço das forças produtivas na Rússia Revolucionária, há que socializar a miséria. Que levaria à degeneração da revolução socialista" (Trotsky).

A crise econômica encurralou as economias da Rússia e da Ucrânia, asfixiadas pela decadência de suas forças produtivas e, de outro lado, pelas sanções, embargos, confiscos e sujeições imperialistas, nas disputas entre as camarilhas burocráticas e as incipientes burguesias nacionais. O aparelho ideológico do Estado russo, buscou ganhar a consciência das massas populares sob supostas decisões democráticas, que levou ao programa de distribuição popular de vouchers ou ações das estatais, a transferência dos ativos estatais russos, a pretexto de reduzir o "Estado operário em-

perrado", sob o discurso da velha cantilena da criação de corporações lucrativas e independentes do Estado, reinvestindo os valores das privatizações nas áreas sociais prioritárias. Ocorreram as distribuições de 98% dos vouchers aos trabalhadores da Rússia, que poderiam ser trocados por ações em empresas a serem privatizadas, levando à cilada do empreendedorismo à população, a participação ativa no processo de privatização das estatais, afinal se tornariam acionistas-proprietários das empresas privatizadas.

As disputas pelo mercado externo comprimido pela crise econômica mundial; sob a condução dos EUA e seus parceiros de pilhagem, europeus e Japão, no movimento de seu braço articulado de dominação militar, a OTAN, nos seus Órgãos e Organismos Financeiros Internacionais, os Bancos Mundial e Europeu e o FMI; e sua respectiva asfixia econômica, política e militar, se desdobraram no aumento das disputas e contradições nas explosões de conflitos bélicos no Leste Europeu.

A caracterização do caráter de classe da guerra é fundamental para compreendermos as disputas de interesses dos conflitos bélico em aberto ou que virão a explodir. Quem a conduz? Qual classe social a dirige? Qual sua política progressiva ou reacionário, revolucionária ou contrarrevolucionária? Co-

mo objetivou Lenin, a “igualdade e a liberdade das nações, a sua autodeterminação; portanto, quando nosso país é atacado ou quando tropas inimigas invadem nosso território, os socialistas têm o direito e o dever de defender a pátria. Contudo, esse raciocínio é, do ponto de vista teórico, um escárnio completo em relação ao socialismo ou um subterfúgio fraudulento, e, do ponto de vista político e prático, esse raciocínio coincide com o pensamento de um mujiquezinho completamente ignorante que nem sequer sabe pensar no caráter social, de classe, da guerra nem nas tarefas do partido revolucionário durante a guerra revolucionária”.

A Federação dos Sovietes do leste Europeu se degenerou na decadência das forças produtivas, a sua bancarrota econômica e política levou ao alinhamento político dos Ex. Estados Operários Degenerados em processo de assimilação capitalista. Em maior ou menor grau, foram assimilados e disciplinados como semicolônias pelos países imperialistas e, alguns aderiram a aliança da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN. Ocorreu a formação de um contingenciamento territorial da Rússia no Leste Europeu, que jogou a Rússia a um estreito e comprimido mercado exterior, esta situação objetiva impactou diretamente na explosão do conflito bélico na região.

A guerra empurra a Rússia e a Ucrânia ao desfiladeiro econômico, político e social, logo os empréstimos financeiros, envios de armamentos bélicos, treinamento militar de soldados-trabalhadores, concessões de equipamentos de guerra etc., pelos países capitalistas não são um contributo voluntarista e altruísta para a emancipação de um país em relação a outro, tampouco uma dádiva dos países imperialistas para salvar os trabalhadores. Fazem parte da política imperialista de seu consórcio de partilha do mundo, de comprometimento com seu programa político, sujeição aos seus interesses econômicos, na condução de sua economia a dependência dos países imperialistas na condição de semicolônia e a liquidação dos resquícios do processo histórico revolucionário dos Ex-Estados Operários em processo de assimilação capitalista.

O grosso dos trabalhadores dos ex-Estados Operários no processo de restauração capitalista está sendo arruinado e empurrado à periferia da divisão social do trabalho, contudo, o proletariado está assimilando os antagonismos e as contradições de classes do sistema capitalista e, sobretudo que o regime só pode generalizar a socialização da miséria como parte do processo imprescindível de acumulação de capital.

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia, é uma guerra reacionária em todos os sentidos, é contrarrevolucionária, as disputas de interesses e seu caráter de classe favorece aos países imperialistas,

as frações em disputas das incipientes burguesias russa e ucraniana e as camarilhas em luta direta pelo espólio da guerra. Portanto, nos Ex-Estados Operários degenerados em processo de assimilação capitalista, não há imperialismo, nem capitalismo de Estado operário ou burguês, muito menos atingiram o socialismo.

Os princípios emancipatórios dos trabalhadores estão intimamente ligados à emancipação do trabalho do jugo do capital, passa pela ditadura revolucionária do proletariado, na luta de classes implacável contra os exploradores. O ataque frontal e direto aos trabalhadores, que em meio a guerra reacionária de rapina, deu-se com a reforma trabalhista e a retirada de direitos trabalhistas e sociais, enquanto os trabalhadores são lançados como bucha de canhão no front de batalha. Por isso, é fundamental a organização e mobilização permanente dos trabalhadores, para avançar na luta de classes com a tática da greve geral contra a destruição da nossa classe, posta na defensiva como escudo humano no meio do conflito militar. É fundamental erguer a autodefesa dos trabalhadores através de seus órgãos e organismos de classe, na formação de conselhos de fábricas, nas ocupações das fábricas e na socialização dos meios de produção sob o controle dos trabalhadores.

A saída para os trabalhadores ucranianos e russos, está indissolivelmente associada à transformação da guerra reacionária numa guerra civil contra seus algozes, os detentores dos privilégios advindos da acumulação de capital. Lenin sentenciou que a “guerra civil é mais séria e brutal que qualquer outra (...) porque uma guerra internacional sempre terminou com um acordo entre as classes possuidoras, e apenas na guerra civil a classe oprimida direciona suas forças no sentido de extinguir a classe opressora, de extinguir as bases econômicas de sustentação dessa classe”.

A capitulação das correntes operárias e sua adaptação ao regime burguês, as disputas parlamentares sem denúncia do sistema vigente, a retirada dos princípios marxistas de seu programa, a vinculação aos interesses da pequena burguesia não ao proletariado, a colaboração de classes voluntária e involuntária, a busca da conciliação da relação capital e trabalho, e a pior de todas as traições o distanciamento da base dos trabalhadores, desorganizando-os e desmobilizando-os, reduzindo ou prostrando a consciência da classe trabalhadora a luta por reformas do regime vigente.

A tarefa da vanguarda operária na organização do proletariado mundial, de construir o partido revolucionário, de manter ideologicamente a teoria da revolução permanente, da organização e mobilização da classe trabalhadora, da luta pela independência de classe, do armamento teórico e político do proletariado frente a seu inimigo histórico, a burguesia, no internacionalismo proletário e na construção da IV - Internacional Comunista.



DIANTE DO AVANÇO DA PRIVATIZAÇÃO E DA PRECARIZAÇÃO, URGE RECUPERAR OS SINDICATOS DAS MÃOS DOS BURACRATAS

[SINDICAL - SINPEEM]

Durante mais de 30 anos o SINPEEM, mesmo com todas as contradições, desvios e traições proporcionados pela burocracia ali alojada durante esse tempo, foi o principal instrumento de organização de luta dos trabalhadores da educação em São Paulo. Se houve avanços, estes foram devidos à organização dos trabalhadores de base junto a esse aparato. Agora, sua direção se encastela em seus gabinetes e apresenta uma atuação reacionária perante a base, se omitindo da luta, desmobilizando e se lançando com todas as forças às instituições da democracia burguesa. Essa traição se dá em um cenário histórico em que a crise econômica, agravada pela conjuntura pandêmica, serviu como justificativa para uma série de fortes ataques a nossa categoria.

Fomos atingidos em cheio pelos projetos de privatização nas escolas, iniciando pela educação infantil e que foi intensificado na gestão de Fernando Haddad (PT). Também tivemos o SAMPAPREV, reforma da previdência municipal que foi aprovada em dois estágios: o primeiro no final de 2018, após batalha campal onde manifestantes foram massacrados com pauladas, tiros de borracha e bombas de efeito moral, e o segundo estágio foi complementado ao final de 2021, após dura greve e novamente fortíssima repressão em frente a câmara dos vereadores. O SAMPAPREV contribui para a redução de salários através do aumento das alíquotas, a taxação de aposentados e aumentou o tempo de contribuição para a aposentadoria, obrigando os trabalhadores da educação a trabalharem por mais tempo e com condições cada vez mais precárias, além de transferir a gestão da nossa previdência a grupos privados.

Agora, estamos em vias de perder nossa carreira. Todos os segmentos do funcionalismo municipal já tiveram

seus salários e plano de carreira transformados em subsídio, o que acarreta um pequeno aumento salarial imediato porém decreta a perda de direitos históricos como o plano de carreira, as evoluções funcionais, quinquênio e sexta parte. O próximo alvo dessa política é a educação. Junto a essa política de destruição do funcionalismo, temos o avanço de projetos de lei que visam a privatização da gestão das escolas públicas, o que na prática significa submeter toda a unidade escolar ao regime privado.

São graves e profundos ataques que deveriam estar sendo enfrentados com organização e luta pelos trabalhadores, mas a ação traidora da direção do principal sindicato, que deveria levar a cabo a tarefa de mobilizar e organizar para essa luta, nos colocou em uma posição desoladora.

A burocracia sindical que se personaliza na figura do presidente Claudio Fonseca tem episódios históricos de traições e acordos escusos com o governo, mas ainda era possível um embate cara-a-cara, paralisávamos os locais de trabalho e enchíamos as ruas com milhares de educadores. O advento da pandemia permitiu que a política dos estados burgueses de isolamento social para salvar o capital fosse transformada na política do “fique em casa” pelas burocracias sindicais, com o apoio das direções reformistas e centristas, e foi utilizada como pretexto por essa direção para fechar o sindicato e não mobilizar mais os trabalhadores, enquanto negociava livremente com o governo sem a incômoda interferência da sua base.

Em outubro de 2021, com a disseminação da vacinação e o arrefecimento da pandemia, a direção

do SINPEEM sinalizou sua volta às ruas para ensaiar uma resistência contra o projeto de aprofundamento do SAMPAPREV. Sabendo da necessidade da radicalização e da ação direta, a base atropelou nas ruas a direção SINPEEM, e declarou greve à revelia dos burocratas. A traição veio após forte repressão por parte da guarda civil metropolitana no dia da segunda votação, as direções de todos os sindicatos integrantes do Fórum de Entidades decidem pelo fim da greve na madrugada, sem nenhum tipo de consulta aos trabalhadores.

Em 2022, o ataque às carreiras com a proposta de transformação dos salários em subsídio, somado à desvalorização dos salários devido ao longo tempo sem aumento real e à alta inflacionária, trouxeram a urgente necessidade de novamente nos organizarmos para a luta de resistência. Perante esse cenário, a direção novamente se encastela, porém dessa vez realizando reuniões remotas de suas instâncias deliberativas, RE's e CR's. Nessas reuniões, a desonestidade alcançou níveis alarmantes. Além dos diversos “problemas técnicos” recorrentes em toda reunião, monopólio do microfone pelo presidente Claudio Fonseca, são oferecidos 2 minutos de fala para a base que tem o número de inscrições limitados e a todo o momento tem suas falas interpostas com algum membro da direção. Em uma dessas reuniões, quase nenhum integrante da oposição chegou a receber o link para se inscrever para as falas e, cinicamente, a presidência afirmou que um hacker teria invadido o sistema e estaria impedindo a entrada da base na reunião e os que não conseguiram se inscrever para falar, fizeram isso propositalmente - segundo a diretoria - por não concordarem com o modelo de reuniões remotas.

Lançando mão dessa tática traidora e entreguista, a diretora do SINPEEM abandonou os trabalhadores da educação à própria sorte e a mercê do oportunismo sindical/eleitoral de outras burocracias e correntes que atuam como “oposição à burocracia”. O projeto de lei que versa sobre a reorganização de vários cargos no funcionalismo e sobre o reajuste na educação foi aprovado sem nenhuma resistência nas ruas. Não houve trabalho de organização de base e não houve assembleia de forma alguma. Assim, a diretoria do principal sindicato da educação toma seu lugar ao lado do governo de Ricardo Nunes como agente dos interesses da burguesia, atuando arduamente para a contenção da luta de classes.

Todo o funcionalismo público está sob esses profundos ataques. São cargos sendo extinguidos, carrei-

ras destruídas, direitos sendo ceifados, condições de trabalho e vida sendo precarizadas. As direções sindicais que deveriam centralizar a luta, organizando-a com nossos métodos historicamente constituídos, abandonaram suas bases, colando-se aos patrões e os governos burgueses, afastando a classe trabalhadora de sua experiência histórica e direcionando-a para o parlamento e o judiciário burgueses.

Diante disso, urge recuperarmos nossos sindicatos e nossos métodos de luta. Devemos arrancar de nossos sindicatos essa burocracia encastelada que se comporta como um câncer que aos poucos mina as forças da classe trabalhadora e, utilizando de uma nefasta política de conciliação, joga migalhas para os trabalhadores a fim de se manter no poder.

Não devemos ter ilusão nas saídas via democracia burguesa, o judiciário e o parlamento são o campo da burguesia e já se provaram ser o cemitério da luta independente e dos direitos dos trabalhadores. Portanto, pela recuperação dos sindicatos da camarilha que se apossou deles, por uma política de independência de classe, não vinculado às saídas eleitorais, parlamentares e o judiciário. ABAIXO A BUROCRACIA TRAIIDORA.



INTENSIFICAM-SE OS ATAQUES DO GOVERNO DE GARCIA/DORIA CONTRA OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

[SINDICAL- APEOESP]

O governo Doria/Rodrigo Garcia/Rossieli Soares aprofundam os ataques e o fosso entre os trabalhadores da educação de São Paulo, dividindo-os e fracionando-os por categorias distintas. Retiraram os direitos trabalhistas, as condições de trabalho, levaram ao arrocho salarial, o fechamento de turno e salas, o desemprego em massa e, finalmente jogaram uma pá de cal sobre a minguada carreira dos trabalhadores. Colocaram por terra a carreira dos trabalhadores da educação, aplicaram os subsídios salariais, retiraram os quinquênios e a sexta parte, taxaram aposentados e pensionistas, aumentaram a jornada de trabalho com redução de salário, enquadraram arbitrariamente os trabalhadores da categoria "O" na "nova carreira", reduziram o valor do GTCN, adotaram o desconto dia para falta aula, inclusive com atestado de horas na consulta médica, aplicaram as duas jornadas de trabalho com 25 e 32 aulas, mais APTC e ATPL presenciais nas escolas, o que impactou no aumento da jornada de trabalho, colocaram uma camisa de força na atribuição por jornada e, jogou na berlinda o tempo de magistério, a imposição por tacção das PEI's a maioria das escolas estaduais e do novo Ensino Médio, fechamento de salas e turnos, dentre outros ataques aos trabalhadores da educação.

A direção burocrata da APEOESP/ARTICULAÇÃO SINDICAL, base de sustentação dos governos petistas, no poder há décadas tem levado a cabo sua política de desorganização e desmobilização permanente dos trabalhadores da educação. Isso levou a utilização de métodos alheios à nossa classe, tais como, a pressão parlamentar, a judicialização e a eleição parlamentar. Neste sentido, reforça a participação ativa no Estado burguês, adaptando suas bandeiras de luta ao parlamento e a democracia burguesa, a conciliação e colaboração de classes, o atrelamento do sindicato ao aparato estatal e a conciliação da relação do capital e trabalho. Faz coro pela sua campanha eleitoral, afinal usa os INSTRUMENTOS DOS TRABALHADORES - SINDICATO como trampolim parlamentar, por isso aponta a desastrosa política da suposta pressão parlamentar na ALESP, sem organizar e mobilizar a categoria para o embate político com nossos métodos experimentados de classe, a ação direta, a GREVE.

A direção da APEOESP aponta corretamente o governo de turno pelos ataques diretos aos trabalhadores, como na redução salarial pela reforma previdenciária e trabalhista que abocanhou parte expressiva dos parques salários dos aposentados e pensionistas e, retirou diretos dos trabalhadores. Contudo, nos lança uma cortina de fumaça, quando vislumbram no horizonte das eleições burguesas a saída para a crise econômica e a situação de empobrecimento do funcionalismo público, "esquecendo" de dizer que o governo Lula decretou, em 2013, a Reforma da Previdência para o funcionalismo. Assim, apostam suas fichas na eleição de Haddad ao governo do Estado.

Por sua vez, a oposição (PSTU/PSOL/MRT) sustentam sua política de "estatização" de setores produtivos, e a necessidade de, na eleição presidencial, defender e aprofundar a democracia burguesa contra o "fascismo" do governo Bolsonaro. Cometem o erro de por no mesmo pacote político a democracia burguesa e a democracia operária, a Estado burguês e o Estado operário, se adaptando e capitulando as instituições e conteúdo de classe da burguesia e da pequena burguesia, se distanciando dos trabalhadores de base, do chão da escola, sequer a oposição tem cumprido as tarefas de organizar e mobilizar os trabalhadores nas Unidades Escolares para o embate da luta política, luta de classes. Por conseguinte, assimilam que o capitalismo possa efetuar reformas via Estado burguês que melhorariam as condições de vida da classe trabalhadora, na fase do imperialismo as migalhas conquistadas durante décadas de luta dos trabalhadores, são retiradas na velocidade da luz. Assim, buscam mitigar os efeitos do domínio do capital e aperfeiçoar as engrenagens da máquina estatal que reprime e esmaga a classe trabalhadora, ao invés de adotar políticas de enfrentamento aos inimigos dos trabalhadores para destruir o instrumento de dominação burguesa.

Defendemos que é urgente a organização independente de nossa categoria, a retomada de nossos métodos de luta direta, a discussão e construção da greve da categoria, única maneira de enfrentar o governo e barrar os ataques que sofremos. Defendemos também a construção de uma fração revolucionária no interior de nosso sindicato que tenha a tarefa de reagrupar a vanguarda de nossa categoria e recuperar nosso sindicato como instrumento de luta e não apenas como trampolim eleitoral.